

Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulares têm a seguinte distribuição por ano:

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022		
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024.....			77.791	(3.622)	74.169
2025.....	81.468 (3.632)	77.836	77.791	(3.632)	74.159
2026.....	81.467 (3.642)	77.825	77.790	(3.642)	74.148
2027.....	81.468 (3.653)	77.815	77.791	(3.653)	74.138
2028.....	81.467 (3.663)	77.804	77.791	(3.663)	74.128
Posteriores a 2028.....	1.222.014 (29.048)	1.192.966	1.166.860 (29.048)		1.137.812
	1.547.884 (43.638)	1.504.246	1.555.814 (47.260)		1.508.554

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022		
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024.....			77.791	(4.060)	73.731
2025.....	81.468 (4.348)	77.120	77.791	(4.070)	73.721
2026.....	85.782 (4.358)	81.424	81.911	(4.079)	77.832
2027.....	90.588 (4.359)	86.229	86.501	(4.085)	82.416
2028.....	91.277 (4.359)	86.918	87.160	(4.088)	83.072
Posteriores a 2028.....	1.823.237 (38.897)	1.784.340	1.741.060 (35.116)		1.705.944
	2.172.352 (56.231)	2.116.031	2.152.214 (55.498)		2.096.716

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022		
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024.....			77.791	(4.060)	73.731
2025.....	81.468 (4.348)	77.120	77.791	(4.070)	73.721
2026.....	85.782 (4.358)	81.424	81.911	(4.079)	77.832
2027.....	90.588 (4.359)	86.229	86.501	(4.085)	82.416
2028.....	91.277 (4.359)	86.918	87.160	(4.088)	83.072
Posteriores a 2028.....	1.823.237 (38.897)	1.784.340	1.741.060 (35.116)		1.705.944
	2.172.352 (56.231)	2.116.031	2.152.214 (55.498)		2.096.716

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022		
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024.....			77.791	(4.060)	73.731
2025.....	81.468 (4.348)	77.120	77.791	(4.070)	73.721
2026.....	85.782 (4.358)	81.424	81.911	(4.079)	77.832
2027.....	90.588 (4.359)	86.229	86.501	(4.085)	82.416
2028.....	91.277 (4.359)	86.918	87.160	(4.088)	83.072
Posteriores a 2028.....	1.823.237 (38.897)	1.784.340	1.741.060 (35.116)		1.705.944
	2.172.352 (56.231)	2.116.031	2.152.214 (55.498)		2.096.716

1ª Emissão de Debêntures - Companhia. Em 23 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos no valor total de R\$1.400.000. A emissão é composta por 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) debêntures de valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada. As debêntures contaram com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto nº 8.874, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura. As debêntures serão remuneradas pelo IPC-A +6,6647% ao ano. A remuneração será paga em 29 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de outubro de 2022. A amortização do principal será realizada em 26 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de abril de 2024. A entrada de recursos ocorreu em 28 de outubro de 2021. 1ª Emissão de Debêntures - Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.. Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fiduciária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquirirem os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional “CMN” nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Contabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos		Outras informações						
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Despesa	Garantias	Posição contratual	
a)	Ecodorovias Concessões e Serviços S.A.	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	43	-	-	3	Em até 45 dias			Devedor	
c)	Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	26	3	Em até 45 dias			Credor	
							26	3					
							26	4					
Total em 31 de dezembro de 2023													

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos		Outras informações							
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Despesa	Garantias	Posição contratual		
a)	Ecodorovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.578	Em até 45 dias	7.390	10.445	9.888	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2025	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	150.217	N/A	Devedor
c)	Ecodorovias Concessões e Serviços S.A. Conc. Rod. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Controladora Indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
							-	8	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
							2	48.488		7.390	10.445	160.105		
							201	41.042		5.255	10.240	224.849		
Total em 31 de dezembro de 2023														

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR1135/MG, MG231/MG e LM6754/MG. c) Repasse de despesas entre unidades. d) Remuneração dos administradores. Os administradores recebem a remuneração e a respectiva assistência médica pós-emprego. e) Benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo). f) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$361 e para sua controlada de R\$2.614. A Administração da controlada convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a ratificação do valor da remuneração global anual dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022		
Remuneração (fixa/variável).....	-	-	-	-	1.875
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	-	-	-	-	261
Seguro de vida.....	-	-	-	-	4
Assistência saúde.....	-	-	-	-	124
Previdência privada.....	-	-	-	-	67
FGTS.....	-	-	-	-	104
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - LIP (Phantom Stock Option - PISO - Phantom Restricted Stock - PRS).....	-	-	-	-	367
Diretores Estatutários.....	-	-	-	-	2.802
Conselho de Administração.....	346	345	346	345	
Remuneração Global.....	346	345	346	345	

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022		
Remuneração (fixa/variável).....	-	-	-	-	1.875
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	-	-	-	-	261
Seguro de vida.....	-	-	-	-	4
Assistência saúde.....	-	-	-	-	124
Previdência privada.....	-	-	-	-	67
FGTS.....	-	-	-	-	104
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - LIP (Phantom Stock Option - PISO - Phantom Restricted Stock - PRS).....	-	-	-	-	367
Diretores Estatutários.....	-	-	-	-	2.802
Conselho de Administração.....	346	345	346	345	
Remuneração Global.....	346	345	346	345	

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controladora. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC, na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam produto de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022		
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	(517)	-	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente - realizações.....	619	-	-	-	619
Atualização Monetária.....	4.560	-	-	-	4.560
	16.652	-	(921)	-	16.984
Circulante.....	614	-	-	-	614
Não circulante.....	16.038	-	-	-	16.038

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022		
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente - realizações.....	-	-	-	-	-
Atualização Monetária.....	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Circulante.....	876	-	-	-	876
Não circulante.....	11.114	-	-	-	11.114

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022		
Taxa de fiscalização - Araguaia (a).....	-	1.040	-	994	
Outras - Araguaia (b).....	-	1.301.050	-	1.123.688	
	-	1.302.090	-	1.124.682	
Circulante.....	-	6.304	-	8.765	
Não circulante.....	-	1.295.786	-	1.115.917	

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022		
Taxa de fiscalização - Araguaia (a).....	-	1.040	-	994	
Outras - Araguaia (b).....	-	1.301.050	-	1.123.688	
	-	1.302.090	-	1.124.682	
Circulante.....	-	6.304	-	8.765	
Não circulante.....	-	1.295.786	-	1.115.917	

Saldo no início do exercício.....

1.124.682

1.073.531

Custo (Nota 23).....

12.532

11.190

Rendimento de aplicação financeira.....

11.891

37.628

Retenção sobre a tarifa - ANTT.....

58.465

13.443

Pagamento do principal.....

(12.486)

(11.110)

Saldo no fim do exercício.....

1.302.090

1.124.682

a) Taxa de fiscalização: A controlada da Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao logo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da Concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$1.040 (R\$594 em 31 de dezembro de 2022). b) Conta especial: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/41/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constitui Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do adiantamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depósito, no qual foram definidos os termos para as alocações das “Contas Vinculadas”, de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada Direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021 e 31 de dezembro de 2022). d) Contrato de concessão: Contrato de concessão de prestação de serviços de operação, manutenção, monitoramento, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/41/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 62% k.m, entre o entroncamento com a TA-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-41/GO, de 139,6 k.m, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(AV324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/30 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A, Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2026. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato administrativo ou fato de força principal. Nos casos em que houver estudo ou situação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assumido pelo novo contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja desconstrução na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Seguros vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão utilizados por transferência direta da Conta da Controladora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do adiantamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações e ressarcimentos de danos. A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação ou revogação ou extinção da concessão. Reversões de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Retornos de Bens: A verba destinada à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e 1% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (

... continuação

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
MAURO OLIVEIRA DIAS
DANILLO DE MATOS MARCONDES
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
ROBERTO BORGES PAIVA

Membros Suplentes

DANI AJBESZYC

Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN
Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO

Contador: HUGO RAFAEL MITZ
CRC 1PRO50369/O-4 Tº SP

DIRETORIA

Comitê Financeiro

MARCELLO GUIDOTTI
DANI AJBESZYC
PAULO FRALETTI (Independente)

Comitê de Partes Relacionadas

FILIPPO CHIARELO
CLEBER SACCOMAN
LUIZ BUFF SILVA (Independente)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Holding do Araguaia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 3.017.846 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado

foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Assuntos

Porque é um PAA?

Como o assunto foi conduzido

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Atendemos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 15P217518/O-7

foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 15P217518/O-7

